

**A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR  
CATÓLICO NO SÉCULO XIX**  
THE CONSTRUCTION OF CATHOLIC CONSERVATIVE POLITICAL THOUGHT  
IN THE 19TH CENTURY

Jorge Miguel Acosta Soares\*

Recebido em: 20/05/2022

Aprovado em: 15/07/2022

DOI: 10.57147/espacos.v30i2.845

**Resumo:** O pensamento conservador na Igreja Católica consolidado ao longo do século XIX foi erigido como forma de reação e defesa da Santa Sé diante dos enfrentamentos, reais e imaginários, vividos desde a Reforma Protestante, mas especialmente após a Revolução Francesa, ponto de inflexão da história. As enormes transformações do século XIX pareceram aos olhos do papado e de parte do episcopado como um grande complô de inimigos da Igreja, que buscavam destruir seu poder espiritual e secular. Inspirada pelo ideário reacionário dos autores ultramontanos leigos, entre 1815 e 1870, construiu-se na Santa Sé uma doutrina conservadora que negava o tempo presente e a evolução histórica.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, papado, conservadorismo, Revolução Francesa, ultramontanismo.

**Abstract:** Conservative thinking in the consolidated Catholic Church throughout the nineteenth century was erected as a form of reaction and defence of the Holy See in the face of the confrontations, real and imagined, experienced since the Protestant Reformation, but especially after the French Revolution, a turning point in history. The enormous transformations of the 19th century appeared in the eyes of the papacy and part of the episcopate as a great plot by enemies of the Church, who sought to destroy its spiritual and secular power. Inspired by the reactionary ideology of the secular ultramontane authors, between 1815 and 1870 a conservative doctrine was built in the Holy See, which denied the present time and the historical evolution.

**Keywords:** Catholic Church, papacy, conservatism, French Revolution, ultramontanism.

## Introdução<sup>1</sup>

No final de 1814, o mundo estava muito diferente daquele na última década do século anterior: a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas haviam transformado o cenário europeu de forma profunda: a política, a economia, as instituições, as ideias e a religião, em particular o catolicismo, haviam sofrido um terremoto em suas estruturas.

---

\* Doutor em Ciência da Religião e em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>1</sup> Este artigo representa uma síntese da homônima tese de doutorado de Soares (2022).

O Congresso de Viena (1814-1815), instaurado após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, comandado pelo chanceler austríaco, príncipe Klemens Metternich (1773–1859), tentou reconstruir a ordem do Antigo Regime: restaurar as fronteiras dos estados, segundo os interesses dos vencedores; restabelecer as dinastias em seus tronos; reconfigurar o equilíbrio de forças no continente, para que não houvesse outro levante revolucionário, e restituir o papado em Roma, garantindo ao papa a soberania sobre os Estados Pontifícios<sup>2</sup>. Durante os 25 anos da revolução, Roma fora invadida por tropas francesas duas vezes e dois papas, Pio VI e Pio VII, foram presos e levados para a França, sendo que o primeiro morreu no exílio em 1799. A Igreja Católica, profundamente identificada com a nobreza e com seus privilégios, havia sofrido duramente as consequências da revolução, especialmente após muitos de seus membros alinharem-se com a contrarrevolução francesa. Durante o período revolucionário, sacerdotes, monges, bispos e cardeais foram presos, exilados e muitos foram mortos; igrejas, mosteiros e seminários foram fechados e destruídos; uma geração de religiosos deixou de ser formada, e mesmo os poucos que conseguiram tinham uma preparação intelectual e teológica limitada, incapaz de profundas formulações teóricas.

Poucos meses após a volta do papa Pio VII ao trono de Roma, viu-se obrigado a praticamente recriar o Colégio de Cardeais: apenas em 1816, realizou dois consistórios, elevando 35 cardeais, e ainda fariam outros 58 até sua morte em 1823. Cerca da metade dos novos cardeais havia sofrido algum tipo de perda, agressão ou violência durante o período revolucionário e o governo de Napoleão, situação que era compartilhada com os prelados veteranos remanescentes, que haviam sobrevivido aos tempos turbulentos. Quase a totalidade dos cardeais pertencia à nobreza e à aristocracia, cujos bens pessoais e os de suas famílias foram expropriados. Todos haviam sofrido os traumas da revolução, o que marcaria a história da Igreja por décadas (O'MALLEY, 2018, p. 53).

Na França, o período após a restauração também viu surgir alguns autores que, oriundos da antiga nobreza, formularam um pensamento católico leigo, fundamentado em bases contrarrevolucionárias, que se opunha ao pensamento iluminista e a toda e qualquer transformação advinda da revolução. Esses autores – Louis-Gabriel Ambroise,

---

<sup>2</sup> Uma imensa área que atravessava a península italiana, cortando-a de Leste a Oeste, entre os mares Tirreno e o Adriático.

visconde de Bonald (1754–1840), Hugues-Félicité de Lamennais (1782–1854), Joseph-Marie, conde de Maistre (1753–1821) –, que passaram a ser chamados genericamente de ultramontanos<sup>3</sup>, defendiam a soberania da Igreja, e conseqüentemente do papa, sobre os Estados nacionais, em uma espécie de monarquia universal, dando a essa soberania um forte caráter contrarrevolucionário e, portanto, reacionário, avesso às transformações políticas, sociais e econômicas de seu tempo. Mesmo desprovidos de conteúdo teológico, suas formulações eram incorporadas ao ideário da Santa Sé. Ao longo das décadas seguintes, esse ideário, associado às incertezas de um século de mudanças profundas que assustavam a cúpula da Santa Sé, permitiu a consolidação de um pensamento conservador no interior da Igreja Católica<sup>4</sup>.

## 1. Os enfrentamentos da Igreja Católica

A Igreja que se restaurava em 1815 reconhecia ter uma legião de inimigos: Lutero, Calvino, as igrejas nacionais, Rousseau e os enciclopedistas, Danton e Robespierre e o nacionalismo italiano. A Reforma Protestante, no século XVI, havia fracassado a ideia de que o catolicismo era o caudal único da religiosidade no mundo ocidental. O Concílio de Trento (1545–1563)<sup>5</sup>, uma resposta direta ao protestantismo, não conseguiu evitar o crescimento do movimento cismático. O catolicismo que emergiu em 1815 ainda era a religião mais popular na Europa, mas sua importância na Europa havia sido reduzida.

Antes da revolução, as grandes potências da Europa eram a Grã-Bretanha, a França, a Áustria, a Espanha e Portugal, estes dois com um vasto império ultramarino; eram quatro as potências católicas e apenas uma protestante; a Polônia era católica, e a região da Bélgica pertencia à Áustria católica; contudo, após a vaga revolucionária, toda

---

<sup>3</sup> Originalmente, durante a Idade Média, o termo ultramontano descrevia um papa que não fosse italiano, que houvesse nascido ao norte, do outro lado dos Alpes, a cadeia de montanhas que separa a península italiana do restante da Europa. O novo sentido surgirá apenas na segunda década do século XIX.

<sup>4</sup> Para um panorama geral sobre as transformações ocorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX ver HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848* (2006).

<sup>5</sup> O Concílio de Trento foi realizado entre 1545 e 1563, no norte da península italiana, como uma resposta à Reforma Protestante, dentro do contexto da contrarreforma. Foram aprovadas condenações ao protestantismo, definido como uma heresia; também foram reiterados elementos centrais da doutrina: a Escritura, o cânon bíblico, a tradição sagrada, o pecado original, a salvação, os sacramentos, a missa e a veneração dos santos.

a geopolítica europeia havia se transformado: as grandes potências no início do século XIX passaram a ser Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia, um poder católico romano ante um poder ortodoxo e dois não católicos. França, derrotada, já não era preponderante; Espanha deixara de ser potência ao perder seu império após o processo de independência dos países da América. A Prússia incorporara os territórios germânicos da Confederação do Reno, tornando-se ainda mais poderosa do que já era no século XVIII; a Rússia, que não mantinha boas relações com Roma, ocidentalizara-se, passando a intervir na política europeia; a Grã-Bretanha havia consolidado um novo império. Polônia deixara de existir, submetida à Rússia, e na Bélgica um rei protestante holandês governava. Napoleão legara uma nova Europa na qual os protestantes eram politicamente muito mais poderosos que os católicos. O papado contava apenas com o apoio incondicional da conservadora Áustria; Roma possuía menos influência que Londres ou Berlim.

Os dois séculos anteriores à revolução assistiram ao crescimento das igrejas nacionais, que associadas ao poder político local nos Estados centrais da Europa mostrou que era possível haver uma Igreja Católica distante do papado em Roma, mesmo mantendo com ela uma relação de reverência e respeito. Na França esse movimento recebeu o nome de galicanismo, movimento de emancipação do clero francês que se tornou uma política de estado após o jovem rei Luís XIV, em 1682, entrar em conflito com o papa Inocêncio XI quanto à extensão da autoridade real em assuntos eclesiásticos (MACCAFFREY, 1914, p. 252 e ss.). Ao longo do século XVIII, os religiosos galicanos ganharam força, invocando a devolução do poder da Igreja aos concílios, que por séculos foi a autoridade plena e suprema do catolicismo, exercida pelos bispos reunidos em assembleia, que governavam a Igreja de fato.

Nos estados germânicos, a partir de meados do século XVIII, cresceu o febronianismo que, tendo como fundamento um estudo profundo dos Concílios de Constance (1414–1418) e da Basiléia (1431–1449), sintetizava as antigas aspirações do clero local enraizadas profundamente na igreja imperial alemã, mas que também repercutia nos outros cleros regionais, buscando reunir toda a cristandade em torno do conciliarismo, fortalecendo as igrejas nacionais e reduzindo a importância do papado.

Nos Países Baixos desenvolveu-se o jansenismo, uma doutrina religiosa

inspirada nas ideias do bispo de Ypres, na Bélgica, Cornelius Otto Jansenius (1585–1638), que pretendia uma reforma radical na Igreja Católica, que diferentemente dos movimentos conciliaristas, o jansenismo, sob austero programa moral, buscava resgatar o espírito dos Santos Padres, os pais apostólicos da Igreja, voltando ao estudo da patrística<sup>6</sup>. Na Áustria, em 1781, em um claro desafio ao papado, o imperador José II afirmou o direito de o Estado regular os assuntos religiosos independentemente de Roma, extinguindo mais de quinhentos mosteiros em seus domínios e determinando que a formação de sacerdotes ocorresse sob controle do Estado. Era o surgimento do josefismo, cujo nome realça o papel do monarca no processo de reforma.

O terceiro enfrentamento era o Iluminismo, que rompeu com a verdade revelada, colocando em seu lugar a razão humana e a ciência. Após 1650, na filosofia e na ciência assistiu-se a um processo geral de racionalização e secularização, que rapidamente derrubou a hegemonia milenar da teologia no mundo dos estudos, lentamente erradicou a magia e a crença no sobrenatural da cultura intelectual da Europa, desafiando todo o passado herdado, até mesmo a veracidade da Bíblia e da fé cristã ou mesmo qualquer fé (ISRAEL, 2001, p. 4). A ênfase precípua à razão dada pelo Iluminismo advinha da crença de que sua aplicação, temperada pela experiência, e não baseada em autoridade cega, seria um elemento emancipador do homem perante o misticismo. Essas transformações lançaram as bases para os direitos humanos básicos modernos, a tolerância religiosa e as liberdades, assim como para a democracia representativa. Entre suas muitas causas estavam o heliocentrismo de Copérnico e as pesquisas de Galileu, que rejeitaram noções previamente aceitas sobre a Terra e o Sol, solapando as premissas científicas, teológicas e filosóficas vigentes, assim como a redescoberta da filosofia grega e romana pela Renascença, trazendo o ceticismo e as dúvidas sistemáticas, assim como as guerras religiosas, notadamente a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

As ideias iluministas, após a Revolução Francesa, saltaram do mundo filosófico e acadêmico e ganharam as ruas, impulsionadas pelas miseráveis condições de vida impostas pelo Antigo Regime: não se tratava mais de um conjunto de ideias, mas da interação dessas ideias com a realidade social. Inicialmente, o que era uma crise

---

<sup>6</sup> Filosofia dos primeiros séculos do cristianismo que elaborou as verdades da fé e elucidou os dogmas da Igreja.

conceitual da elite intelectual – cortesãos, funcionários, eruditos, patrícios e clérigos – rapidamente provocou um impacto nas atitudes dos homens comuns. A Igreja Católica, dado seu vínculo com o poder político do Antigo Regime e sua adesão à contrarrevolução, tornou-se alvo do arrebatamento e da ira revolucionária.

Por fim, mas não menos importante, a Igreja Católica, ao longo do século XIX, enfrentou o crescente nacionalismo italiano e os movimentos para unificação dos territórios da península. Os territórios da Igreja, os Estados Pontifícios, surgiram em 754, após um pacto entre o rei franco Pepino III, pai de Carlos Magno, e o papa Estevão II, como uma forma de proteger Roma dos ataques dos lombardos, povo germânico que se instalou no norte da península italiana após a queda do Império Romano, e garantir e manter a independência do papado. Os territórios da Igreja na Península passaram a representar o poder temporal papal, que se acreditava ser a garantia da liberdade e da autonomia da Igreja perante os outros Estados. A retirada das tropas francesas da região, e sua reintegração à Igreja em 1815, reavivou um antigo e latente sentimento nacionalista de união de todos os reinos da Península em um só Estado, o que colidia com o desejo de manutenção dos territórios da igreja. Assim, a Igreja que retornava a Roma com Pio VII, profundamente traumatizada com os eventos revolucionários, via questionados seu poder espiritual, sua unidade, sua centralidade e seu poder político.

## **2. O pensamento conservador**

Interpretações pautadas pelo senso comum costumam afirmar que o conservadorismo é uma característica inerente ao pensamento religioso, notadamente na Igreja Católica. Essas análises, superficiais, por certo, não fazem distinção entre conceitos que muitas vezes são tomados como sinônimos: reacionarismo e conservadorismo. O termo *reação* designa genericamente todo comportamento, coletivo ou individual, que se opõe a um processo evolutivo ou revolucionário em curso na sociedade, tentando fazer essa sociedade regredir para estágios já superados, retroceder para momentos anteriores; em outras palavras, reacionários seriam aqueles comportamentos e ideais que “visam inverter a tendência, em ato nas sociedades modernas, para uma democratização do poder político e um maior nivelamento de

classe e de status, isto é, para aquilo que comumente é chamado de progresso social” (BIANCHI, 1998, p. 1073); assim, os impulsos reacionários nascem a partir da hostilidade dos agentes sociais que têm seus interesses de classe prejudicados pelas mudanças ou pela transformação revolucionária, e a defesa do conjunto de valores que as alterações sociais destruiriam. Desta forma, autores do pensamento laico ultramontano do início do século XIX, Bonald, Maistre e Lamennais, podem ser caracterizados como reacionários, uma vez que se armaram de argumentos, falaciosos e sem comprovação histórica, para atacar todo o processo de transformações ocorridas no continente desde o evento da Reforma Protestante, passando pelo Iluminismo e pela revolução. Seus escritos expunham a reação do temperamento autoritário e aristocrático contra a revolução que, em muitos aspectos, trazia bandeiras liberais; fazendo apologia da Idade Média como ideal máximo civilizatório, cujo caráter fora dado pela Igreja, ante uma Europa bárbara, em uma evocação de um passado mítico. Sua amargura frente ao tempo presente e à revolução foi traduzida em termos políticos e religiosos (LASKI, 1919, p. 129), nos quais somente a autoridade de uma Igreja Católica forte, com seus dogmas, e sob o comando de um papa soberano, autoridade única e universal, acima dos limites da política e vida social, poderia impor uma derrota final ao liberalismo e à revolução. A princípio esse pensamento foi adotado por muitos religiosos que vivenciaram as agruras do processo revolucionário diretamente, com a perda de bens, privilégios, prisões, exílio e morte, para os quais a revolução e suas consequências representaram a expressão acabada do mal, que deveria ser combatida. Mas, seria leviano classificar toda Santa Sé, papas, cardeais, bispos, durante mais de cinquenta anos, como reacionários. Apesar de partirem de textos e formulações dos autores laicos reacionários franceses, a Santa Sé, instituição traumatizada pelas dores da revolução, e assustada pelos contínuos movimentos revolucionários adotou posturas clara e abertamente conservadoras, muitas vezes valendo-se de repressão política, mas que não poderiam ser classificadas como reacionárias nem mesmo como irracionais. Setores reacionários do cardinalato tiveram forte influência junto a papas, como Gregório XVI, por exemplo, contudo suas ideias não foram aceitas de forma generalizada para se impor como política institucional, mas que poderiam ser chamadas de conservadoras.

A noção de conservadorismo, como corrente ideológica, surgiu nas primeiras

décadas do século XIX como uma resposta às teorias progressistas que, a partir do século XVIII, construíram uma nova visão antropológica fundada na razão, na ciência, no domínio da natureza e na obtenção da felicidade; o homem se tornaria mais feliz por meio do uso ativo de sua razão e inteligência, o que rompia de forma visceral com a tradição cultural e política existente, indicando o mundo terreno como o local para a realização humana, por meio da atividade política como instrumento libertador (BONAZZI, 1998, p. 243). O pensamento cristão que o precedera, do ponto de vista dos valores, era estático, uma vez que o fim último do homem era ultraterreno, as vicissitudes humanas não tinham senão um objetivo: o de tentar, por diversos meios, preparar o homem para a vida eterna. O pensamento conservador que emergiu no século XIX, em uma resposta ao processo de laicização do pensamento político europeu, não mais defendia de forma intransigente os valores intrínsecos do tradicionalismo cristão, mas também não os renegava em sua totalidade: aceitava a mundanização da vida, sem, contudo, se afastar do ideal de um universo moral estável e ligado a um sistema de valores transcendentais (BONAZZI, 1998, p. 244), valores estes que não poderiam ser vistos apenas como a continuidade do pensamento cristão tradicionalista. O conservadorismo era um firme adversário do radicalismo iluminista, assim como do conceito de revolução que nasceu desse radicalismo. O ideário conservador aceitava as regras sociais e a participação no mundo, mas não deixava de lado os imperativos de ordem transcendente (BONAZZI, 1998, p. 244). Ao contrário do progressismo, o conservadorismo considerava a natureza humana não modificável exceto pela vontade divina. A ação política seria necessária para a manutenção da ordem, sem a qual a sociedade cairia na anarquia, desenvolvendo a preocupação com os mecanismos de limitação do poder, da supremacia da lei e, sobretudo, de controle dos processos sociais com instrumentos limitantes e restritivos (BONAZZI, 1998, p. 245.) Se fosse possível estabelecer uma efeméride para demarcar o início do conservadorismo, a data seria 1790, com a publicação do livro *Reflections on the revolution in France*, pelo autor anglicano irlandês Edmund Burke (1729-1797), que fazia uma dura crítica ao processo revolucionário francês que se iniciara há menos de um ano. Assim, somente após a revolução é que se poderia identificar um pensamento conservador com algum rigor metodológico. Para o sociólogo Robert Nisbet (1913– 1996), as palavras conservador e



conservadorismo aplicadas à política apareceram no Ocidente apenas na década de 1830, mas a ideia central do que viria a ser precedeu sua definição (NISBET, 2002, p. 21).

### 3. O conservadorismo na Igreja Católica

Os papas que se sucederam após a restauração da Santa Sé em Roma incorporaram em seus fundamentos teóricos as teses dos autores reacionários ultramontanos franceses, os quais passaram a compor o alicerce dos documentos canônicos sob a forma de uma gigantesca conspiração anticristã que se movia nas sombras para supostamente acabar com a Igreja. Fariam parte dessa conspiração racionalistas, judeus, maçons, liberais, socialistas, comunistas e anarquistas. Se a bondade de Deus criara a Igreja, todos os ataques contra ela representavam o mal em seu estado puro. Segundo o papa Pio VII:

Os livros por eles [os iluministas] publicados [...] visam acima de tudo dar plena liberdade a qualquer um que invente uma religião para professar com sua engenhosidade e suas opiniões, introduzindo-se assim na Religião aquela indiferença de que dificilmente se pode imaginar algo mais pernicioso (Encíclica *Ecclesiam a Jesu*, 1821).

Ou nas palavras de Leão XII:

Livros, que eles não hesitam em escrever sobre a Religião e o Estado, foram publicados em seu nome, com os quais eles desprezam o domínio, blasfemam a majestade; além disso, eles declaram repetidamente que Cristo é um escândalo ou um tolo; na verdade, não raramente, que não existe Deus, e eles ensinam que a alma do homem morre junto com o corpo (Encíclica *Quo Graviora*, 1825)

A mesma linha foi adotada pelo papa Pio VIII em seu curto pontificado:

Isso se deve aos inúmeros erros e aos ensinamentos de doutrinas perversas que, não mais secreta e clandestinamente, mas aberta e vigorosamente, atacam a fé católica. Você sabe como os homens maus elevaram o padrão de revolta contra a religião por meio da filosofia (da qual se autoproclamam doutores) e por meio de falácias vazias concebidas de acordo com a razão natural (Encíclica *Traditi Humilitati*, 1829)

Igualmente em Gregório XVI:

Falamos das coisas que você vê com seus próprios olhos, o que nós lamentamos. A depravação exulta; a ciência é impudente; a liberdade, dissoluta. A santidade do sagrado é desprezada; a majestade do culto divino não só é desaprovada pelos homens maus, como também é profanada e mantida ao ridículo (Encíclica *Mirari Vos*, 1832)

Também nas palavras do papa Pio IX:

Nenhum de vocês está inconsciente quão amarga e terrível guerra, em nossa época, homens armados contra a Igreja Católica unidos em união ímpia, adversários da sã doutrina, desdenhosos da verdade, com a intenção de tirar das trevas todos os monstros de opiniões, e com toda a força para acumular, divulgar e disseminar erros entre as pessoas (Encíclica *Qui Pluribus*, 1846).

Ainda em Pio IX:

Iníquas maquinações dos malvados que [...] prometendo liberdade, quando na realidade eram escravos do mal, trataram com suas enganosas opiniões e com seus escritos perniciosos de destruir os fundamentos da ordem religiosa e da ordem social, de retirar do meio toda virtude e justiça, de perverter todas as almas (Encíclica *Quanta Cura*, 1864)<sup>7</sup>

O trauma provocado pelos eventos decorrentes da Revolução Francesa marcou uma geração, compartilhado pela quase totalidade dos membros da Santa Sé, mesmo aqueles que não haviam sofrido a violência revolucionária, como o papa Pio IX. Os processos revolucionários posteriores – 1830 e 1848, assim como as diversas rebeliões nos Estados Pontifícios, que se repetiram por mais de 40 anos, culminando na unificação italiana e posterior tomada de Roma, respectivamente 1860 e 1870 – reavivaram os temores, criando uma situação que envolvia o medo real e o pânico moral entre os membros da Santa Sé, que contagiou toda a cúpula da Igreja. O medo real estava na memória de muitos cardeais e bispos que estiveram presentes ou tiveram notícia dos eventos e excessos revolucionários, como os *Massacres de Setembro*<sup>8</sup>, em 1792, e o Terror Jacobino, ou *Grande Terreur*<sup>9</sup>; eram religiosos que temiam a repetição dos eventos dolorosos. A cúpula da Igreja receava por sua segurança pessoal e temia a perda de seu poder temporal, para tanto, viria tomar medidas para reprimir qualquer elemento que minimamente pudesse lembrar a revolução, incluindo aí os movimentos nacionalistas pela unificação da Itália.

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre a os pontificados ao longo do século XIX ver CHADWICK, *A History of the Popes - 1830-1914* (1998), e MARTINA, *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias: III a era do Liberalismo* (2005).

<sup>8</sup> Os *Massacres de Setembro* foram uma série de execuções sumárias de religiosos que ocorreram entre 2 e 7 de Setembro de 1792 em Paris. A população da cidade foi tomada pelo pânico após a invasão da França por tropas austro-prussianas, e pelos boatos que os católicos estariam colaborando com a contrarrevolução. Calcula-se que 1.300 religiosos e leigos foram mortos.

<sup>9</sup> O chamado *Grande Terreur* foi o período de radicalização da Revolução Francesa, compreendido entre setembro de 1793 e de julho de 1794, em que o poder político esteve concentrado nas mãos dos jacobinos. Sob a acusação de atividades contrarrevolucionárias, oficialmente foram mortas 16.594 pessoas em todo o país, sendo 2.639 só em Paris (LINTON, 2012, s.p.).

A consolidação do processo de elaboração dessa doutrina conservadora foi o pontificado do papa Pio IX, entre 1846 e 1878, especialmente em dois momentos: a edição da encíclica *Quanta Cura*, e seu apêndice *Syllabus Errorum* (1864), e o Concílio do Vaticano I (1869–1870). *Quanta Cura* e o *Syllabus Errorum* apresentaram uma imensa lista de proposições em se apresentavam os “erros” de seu tempo, em que questões teológicas, políticas, econômicas e sociais eram alinhadas. O principal erro apontado pelo *Syllabus* era negar a existência de Deus; a este se seguia: propor a separação entre Igreja e Estado; sobrepor a razão acima da fé; criticar a Escolástica; propugnar a liberdade religiosa, e por decorrência o protestantismo; defender o socialismo, o comunismo, as sociedades secretas – leia-se maçonaria –, as sociedades bíblicas e as sociedades clérigo-liberais; aventar a submissão da Igreja aos governos civis, e tantos outros erros mais. A última proposição do *Syllabus*, que explicitava e resumia o sentimento do papado perante o mundo, afirmava que era um erro dizer que o papa deveria aceitar o progresso, o liberalismo e a civilização moderna. Dessa forma, toda a vida social e política do século XIX, assim como as aspirações democráticas da sociedade europeia, eram desregramentos perante a Igreja. Por sua vez, o Concílio Vaticano I, convocado por Pio IX com o claro objetivo de decretar a infalibilidade papal, aprovou a Constituição Dogmática *Pastor Æternus*, emitida em 18 de julho de 1870, estabelecendo que quando o papa falasse *ex cathedra* passaria a gozar do princípio da infalibilidade, um poder do papado até então inédito.

## Conclusão

Após a restauração, o trauma da violência, o medo concreto de novas rebeliões que ainda iriam acontecer, o pânico moral, a necessidade de apoio institucional e militar da Áustria, comandada pelo conservador Metternich, tudo contribuiu para a construção da formulação conservadora católica. A Igreja, sem poder contar com uma análise conjuntural elaborada, que conseguisse avaliar o momento vivido, e sem uma formulação teológica robusta, adotou de forma acrítica o sistema explicativo e doutrinal apresentado por autores ultramontanos como Bonald, Joseph de Maistre e Lamennais, entre outros, que por sua vez também estavam em descompasso com seu tempo, e

reagindo a ele. Assim, todas as enormes transformações do século XIX pareceram aos olhos do papado e do episcopado como parte de um grande complô de inimigos da religião e, mais propriamente, do catolicismo. O assombroso processo de mudanças políticas, institucionais, jurídicas, econômicas, tecnológicas e, especialmente, sociais foi visto como ameaça direta contra a autoridade e os poderes espiritual e secular da Igreja. As instituições liberais, a ciência, o domínio da natureza prometiam a obtenção da felicidade humana por meio do uso de sua razão e inteligência; ao contrário, o pensamento católico apresentava um mundo estático, e cujo fim último do homem era espiritual, e que os infortúnios e as dores humanas tinham como objetivo preparar os seres para a vida eterna. Ao longo das seis primeiras décadas do século XIX, a Igreja, assim como seus intelectuais, negou a História. O pensamento católico, ancorado e movido por seus preconceitos e medos, tornou-se incapaz de julgar de forma racional o que se passava em Roma, na península italiana, na Europa e no mundo. O mundo civil vivia a “era da revolução”, ao passo que o mundo católico procurava restaurar a mítica estabilidade supostamente perdida.

### Referências bibliográficas

BIANCHI, Giorio. “Reação”. In: BOBBIO, Norberto et al. (Ed). *Dicionário de Política*. Brasília : Editora UnB, 1998, p. 1073-1074.

BONAZZI, Tiziano. “Conservadorismo”. In: BOBBIO, Norberto et al. (Ed). *Dicionário de Política*. Brasília : Editora UnB, 1998, p. 242-246.

CHADWICK, Owen. *A History of the Popes: 1830-1914* (Col. Oxford History of the Christian Church). New York: Clarendon Press, 1998.

GREGÓRIO XVI. Encíclica *Mirari Vos*, 1832. Disponível em: < <https://www.vatican.va/content/gregorius-xvi/it/documents/encyclica-mirari-vos-15-augusti-1832.html> > Acesso em: 28 jul. 2022.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ISRAEL, Jonathan I. *Radical Enlightenment: philosophy and the making of modernity, 1650-1750*. New York: Oxford University Press, 2001.

LASKI, Harold Joseph. *Authority in the Modern State*. New Haven, CT: Yale University Press, 1919.

LEÃO XII. Encíclica *Quo Graviora*, 1825. Disponível em: < [https://www.vatican.va/content/leo-xii/it/documents/bolla-quo-graviora-13-marzo-](https://www.vatican.va/content/leo-xii/it/documents/bolla-quo-graviora-13-marzo-1825.html)

1825.html > Acesso em: 28 jul. 2022.

LINTON, Marisa. *The Terror in the French Revolution*. Londres: Kingston University, 2012. s.p. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/en/document/read/21330785/12-the-terror-in-the-french-revolution-dr-marisa-linton-kingston->>. Acesso: 10 mai 2022.

MACCAFFREY, James. *History of the catholic church from the Renaissance to the French Revolution*, v. 1. Dublini (IR): M.H. Gill, 1914 (fac-símile).

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a Nossos Dias: III a era do Liberalismo*. São Paulo : Ed. Loyola, 2005.

NISBET, Robert A. *Conservatism: dream and reality* (1986). New York : Routledge, 2002.

O'MALLEY, John W. *Vatican I: the council and the making of the ultramontane church*. Londres: Harvard University Press, 2018.

PIO IX. Encíclica *Pastor Aeternus*, 1870. Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/i-vatican-council/documents/vat-i\\_const\\_18700718\\_pastor-aeternus\\_it.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html) > Acesso em: 28 jul. 2022.

PIO IX. Encíclica *Quanta Cura*, 1864. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html> > Acesso em: 28 jul. 2022.

PIO IX. Encíclica *Qui Pluribus*, 1846. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html> > Acesso em: 28 jul. 2022.

PIO VII. Bula *Ecclesiam a Jesu*, 1821. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/bolla-ecclesiam-a-jesu-13-settembre-1821.html> > Acesso em: 28 jul. 2022.

PIO VIII. Encíclica *Traditi humilitati*, 1829. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-viii/it/documents/encyclica-traditi-humilitati-24-maggio-1829.html> > Acesso em: 28 jul. 2022.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. *A construção do pensamento político conservador católico no século XIX*. 562 p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC, São Paulo, 2022.